

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

“O ambiente macroeconômico permanece instável, o risco fiscal continua presente e a agenda política não cansa de trazer preocupações”

Ibovespa ensaia recuperação, mas incertezas econômicas ainda preocupam



Reprodução

É consenso entre gestores de recursos, analistas e investidores que a Bolsa brasileira está barata. De fato, algumas métricas de análise, como a relação preço/lucro, apontam que as ações estão sendo negociadas abaixo de seus valores históricos. É o suficiente para significar uma grande oportunidade? Nem tanto. O ambiente macroeconômico permanece instável, o risco fiscal continua presente e a agenda política não cansa de trazer preocupações. Portanto, não dá para saber se as cotações dos papéis já chegaram ao fundo do poço ou se ainda há espaço para piorar. De todo modo, o Ibovespa, o principal índice da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, ensaiou uma recuperação nos últimos dias. É preciso lembrar, no entanto, que a volatilidade persiste, e qualquer novo fator de incerteza pode reverter a tendência rapidamente. Mais do que nunca, cautela e visão de longo prazo são essenciais para evitar armadilhas e aproveitar oportunidades reais no mercado de ações.

Michael M. Santiago/Getty Images/AFP



Sufocada pelo comércio eletrônico, Forever 21 pede falência

Depois do grande sucesso no início do século, principalmente entre o público adolescente, a varejista de moda americana Forever 21 luta agora para sobreviver em meio ao avanço irrefreável do comércio eletrônico. A empresa, que encerrou as atividades no Brasil em 2022, entrou com um novo pedido de falência – o segundo, em seis anos — em um tribunal dos Estados Unidos. São tempos difíceis para o setor. Apenas no ano passado, as principais varejistas do país fecharam 7,3 mil lojas.

Ativistas europeus planejam intensificar protestos contra o turismo de massa

Turistas já não são bem-vindos em várias cidades europeias. Em abril, Barcelona sediará uma certa “Assembleia de Bairros para o Decrescimento Turístico”, que reunirá ativistas da Espanha, Portugal, França e Itália para coordenar ações contra estrangeiros. Recentemente, em Tenerife, nas Ilhas Canárias, manifestantes incendiaram 20 veículos alugados, e pichações como “mate um turista” surgiram, o que reflete a crescente insatisfação com o turismo excessivo nas comunidades locais.

Buffett mira o mercado japonês

Uma das principais referências do mundo dos investimentos, o americano Warren Buffett mira agora o mercado japonês. Nos últimos meses, ele aumentou consideravelmente a participação da Berkshire Hathaway, sua gestora de recursos, em empresas, como Mitsubishi, Mitsui e Sumitomo. Buffett afirma estar preocupado com a condução errática da política econômica do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e procura novas oportunidades de negócios. Para Buffett, os tarifas de Trump são um erro.

RAPIDINHAS

» O fundo soberano de Cingapura GIC comprou uma participação minoritária na farmacêutica brasileira Cimed. O valor da transação não foi revelado. Com os recursos, a Cimed pretende impulsionar seu crescimento. A meta é atingir R\$ 10 bilhões em faturamento até 2029, com a expansão da capacidade fabril e a diversificação do portfólio de produtos.

» Em 2024, a Petrobras exportou 640 milhões de barris de petróleo, o que representou 52% de sua produção de 1,23 bilhão de barris — a segunda maior da história da empresa, atrás de 2023, quando produziu 1,24 bilhão de barris e exportou 47% do total. Pela primeira vez, a estatal vendeu mais de 50% de sua produção para o exterior.

» A Amazon e a Latam Cargo firmaram uma parceria para acelerar a entrega de produtos em onze estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Segundo as empresas, a iniciativa reduzirá o prazo de envio de mercadorias para dois dias. As encomendas partirão do Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

» A PepsiCo Brasil recebeu o Selo Verde em Transporte de Carga, conferido pelo Programa de Logística Verde Brasil (PLVB). A operação brasileira da empresa americana tem adotado, de fato, boas práticas para reduzir as emissões de poluentes. Sua frota de veículos inclui caminhões elétricos e movidos a gás veicular (GNV).

0,90%

foi quanto cresceu, em janeiro versus o mês anterior, o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) medido pelo Banco Central. Considerado a prévia do PIB, o indicador veio bem acima das expectativas do mercado



As empresas sérias — Raizen, Vibra, Ipiranga — estão perdendo a capacidade de concorrer. Vários postos bandeira branca começaram a aparecer com valores de diesel na bomba mais baratos que o nosso produto, que segue a lei e paga os impostos”

Rubens Ometto, controlador e chairman da Raizen, dona dos postos Shell, sobre o aumento das fraudes em distribuidoras irregulares e postos bandeira branca

Divulgação/Esfere Brasil



INVESTIMENTO

Lei de terras na berlinda

Enquanto especialistas criticam norma que impõe limites à participação de estrangeiros, MPF alega questão de soberania

» FERNANDA STRICKLAND

O agronegócio brasileiro está no centro de uma controvérsia jurídica que pode impactar profundamente investimentos estrangeiros e operações de fusões e aquisições. A polêmica se baseia na interpretação do § 1º do artigo 1º da Lei nº 5.709/1971, que equipara empresas brasileiras de capital estrangeiro a empresas estrangeiras, para fins de aquisição de imóveis rurais. Esse entendimento, adotado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), foi reforçado pela Advocacia-Geral da União (AGU) em 2010,

alterando a orientação vigente até então, que considerava que a Constituição de 1988 não havia recepcionado essa equiparação.

Crítico dessa interpretação, o mestre e doutor em Direito Civil pela USP Francisco Godoy argumenta que ela fere o princípio constitucional da isonomia. “A Constituição Federal estabelece que todos são iguais perante a lei, garantindo ao brasileiro e ao estrangeiro residente no Brasil um tratamento isonômico para a propriedade e todas as liberdades individuais”, defende. Para ele, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a AGU adotam um

entendimento que contraria o artigo 5º da Constituição.

Godoy ressalta, ainda, que a restrição ao investimento estrangeiro na propriedade rural não condiz com a realidade do agronegócio brasileiro. “A agricultura brasileira, desde o Império, se fez com estrangeiros. As restrições impostas pela Lei 5.709/1971 criam uma propriedade privada limitada, sujeita a autorização estatal, o que compromete a liberdade econômica”, argumenta.

O juiz federal aposentado e doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP, Silvio Luís Rocha, também critica a insegurança jurídica gerada pela interpretação

atual da legislação. Segundo ele, condicionar operações de fusão e aquisição ao aval do Incra e do Congresso inviabiliza negócios. “Nenhum investidor estrangeiro aceitaria realizar um contrato de fusão e aquisição cuja eficácia dependa da vontade de terceiros que não possuem uma atuação institucional voltada para análise desses negócios”, afirma.

Rocha aponta que o Estado já possui instrumentos para impedir abusos na aquisição de terras, como desapropriação e controle de atividades econômicas. “Defender preventivamente a soberania nacional por meio dessas restrições é a pior opção. O poder

público tem o dever de evitar o abuso regulatório e permitir um ambiente favorável à livre iniciativa”, diz, citando a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019).

Para o especialista em direito societário, fusão e aquisição e contratos e franquias Paulo Bardella Caparelli, a finalidade da restrição promovida pelo dispositivo legal seria a preservação da soberania nacional. “No entanto, na prática, essas restrições afastam investimentos importantes no agronegócio brasileiro”, explicou.

Mas há quem veja pontos positivos na lei. Segundo a especialista em Fusões e Aquisições Carla

Calzini, a norma visa proteger a soberania nacional, preservar o meio ambiente e assegurar o uso da terra, conforme os interesses do desenvolvimento econômico e social do Brasil. “Este dispositivo é controverso, sendo objeto de discussão, que se prolonga por anos, no STF”, ressaltou Calzini.

Tramita no Congresso Nacional uma proposta para flexibilizar os termos da lei 5709/1971. Trata-se do projeto de lei 2.963/2019, aprovado no Senado e em tramitação na Câmara. O Ministério Público Federal tem posicionamento contrário à iniciativa, por entender que causa danos à soberania nacional.

LOGÍSTICA

No Senado, protesto contra taxa

A Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado Federal realiza hoje, a partir das 9 horas, uma audiência pública para debater a elevação de tarifas cobradas no transporte de carga em Joinville (SC). A oitiva foi solicitada pelo senador Esperidião Amin (PP-SC), que denunciou um “absurdo” que está sendo cometido pelos concessionários Aeroportos Brasil - Viracopos S/A e Concessionária Internacional de Guarulhos S/A.

“Eu quero que os senhores saibam do tamanho da barbárie que foi praticada contra o interesse da maior cidade do meu estado, Joinville, no seu terminal de cargas. Joinville é uma cidade industrializada, é o nosso grande polo metal, mecânico,

siderúrgico, metalúrgico. E o terminal de cargas para importação e exportação sofreu o seguinte ataque em outubro do ano passado: unilateralmente, os administradores de Guarulhos e Viracopos aplicaram algo que consistia do contrato de concessão de 2011, olha bem, 14 anos depois, contrariando a resolução do antigo DAC de 2001”, disse Amin. Na prática, segundo o senador, isso representa uma elevação de custos para importação e exportação de Joinville de 624% na capatazia e no alfandegamento e, se o período for mais do que 24 horas, passa a ter um surpreendente acréscimo de custo operacional 3450%.

“Qualquer serviço público que seja reajustado acima do

índice inflacionário tem que ter uma explicação. E desde, outubro do ano passado, nós estamos vivendo esse fato consumado. A Receita Federal expressou a sua posição, o que interessa para Receita Federal é exportar e importar, não é se o agente é A ou agente é B. E nós estamos aguardando uma providência, no meu sentir, essa providência da ANAC, ela é a reguladora, ela não pode permitir que unilateralmente um agente, operador do sistema, imponha ao conjunto um absurdo desse”, destacou o senador.

Entre os convidados para falar, estão o diretor de Outorgas da Secretaria Nacional de Aviação Civil, Daniel Longo e o diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Roberto Honorato.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Qualquer serviço público que seja reajustado acima do índice inflacionário tem que ter uma explicação. E desde outubro do ano passado, nós estamos vivendo esse fato consumado”

Esperidião Amin, senador